



Relatório de Controle Interno nº 01/2015

Período verificado: agosto a dezembro de 2015

Senhor Presidente, venho apresentar o Relatório de Controle Interno conforme verificações estabelecidas pela Resolução C.A./BERTPREV 03/15, publicada em 19 de dezembro de 2015. O período considerado no presente relatório é de agosto de 2015, mês de minha nomeação como Controle Interno, até Dezembro de 2015.

Despesas administrativas

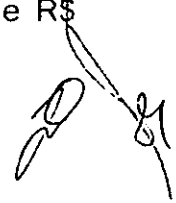
As despesas administrativas estiveram dentro dos limites legais em todos os meses verificados.

Contratos

Em agosto houve uma renovação contratual com a empresa Crédito & Mercado gestão de valores mobiliários Ltda. O contrato foi prorrogado por mais 12 meses, com o valor mensal para o novo período de vigência contratual passando a ser de R\$ 760,73, resultante da variação mensal do IPCA no período.

E também foi celebrado o contrato de locação de software contábil, fruto do pregão presencial 01/15 com valor mensal de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) com a empresa GAP Consultoria Contábil Ltda. O contrato e o processo licitatório atendem os itens de verificação de controle interno.

Em setembro foi prorrogado por um ano o contrato de prestação de serviços médicos-periciais, prestados pela clínica Hans Staden, com reajuste os novos valores passaram a ser: R\$137,36 por atendimento, R\$ 428,37 por profissional que subscreve o laudo pericial, R\$ 6,86 por quilômetro rodado e R\$ 137,36 por exame admissional.





06

*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertiooga*
Estado de São Paulo

Foi prorrogado também o contrato de prestação de serviço de hospedagem do website do instituto, com a empresa Sidnei C. A. Publicidade ME, valor mensal R\$ 49,00.

Em novembro foi firmando um novo contrato de aluguel da sede do instituto com as Sra. Maria de Fátima C. Terra e a Sra. Ivone R. Neves, valor R\$ 3.750,00 mensais.

Houve também a contratação de nova apólice de seguro residencial no valor de R\$ 628,03 em parcela única.

Em dezembro foi prorrogado o contrato de prestação de serviços de controle de intimações de interesse do BERTPREV, serviço prestado pela empresa Grifon Brasil Assessoria Ltda. com valor mensal de R\$ 300,00.

Foi celebrado com a Caixa Econômica Federal o contrato de prestação de serviços de custódia de Títulos Públicos, resultado da licitação de modalidade concorrência número 01/15, com valor mensal de R\$ 1800,00.

Tanto os contratos quanto os processos licitatórios atendem aos itens de verificação de controle interno, mas sugiro estudos referente possibilidade que os próximos contratos contenham cláusulas que estabeleçam a obrigação do contratado manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim como envio de ofício a todos nossos contratados para que enviem mensalmente uma declaração de conformidade com as obrigações trabalhistas e previdenciárias. Em acordo com o rol de verificações de controle interno conforme resolução 03/15 C.A./Bertprev.

Compras ou serviços sem licitação

Em agosto houve a compra de materiais de escritório, valor total R\$ 5456,20 conforme processo administrativo 135/15.

Em outubro houve a compra de material de impressão e telefonia, valor total R\$ 2575,70 conforme processo administrativo 145/15.

Em novembro houve a recarga dos extintores, valor total RS 380,00 conforme processo administrativo 177/15 e compra de materiais elétricos, valor total R\$ 1635,87 conforme processo administrativo 173/15.



Em dezembro houve a compra e instalação de aparelho PABX, valor total R\$ 5721,00, conforme processo administrativo 188/15, limpeza de caixa d'água e dedetização do prédio, valor total R\$ 1270,00

Verba de adiantamento

As despesas com verba de adiantamento estão dentro da normalidade, com acompanhamento minucioso de controle interno.

RH/Folha de pagamento

Os registros e prontuários dos servidores do instituto estão em boa ordem, e todos os trâmites burocráticos do RH foram seguidos. Os valores pagos aos ativos e inativos estão corretos assim como as retenções, por amostragem.

Almoxarifado e patrimônio

O Almoxarifado está em boa ordem, com acesso restrito e controle de entrada e saída de material, assim como controle de quantidades mínimas de material, por amostragem, a verificação da quantidade de itens em estoque confere com quantidade descrita no software de controle de estoque.

Os bens patrimoniais estão registrados no sistema de controle de patrimônio, estão com tarjeta de numeração e foi executada a depreciação mensal. Há termos de responsabilidade assinados e afixados em local visível.

Instalações e equipamentos

As condições físicas do prédio sede do instituto estão em boa ordem, com exceção do portão social que apresentou rotineiros problemas na fechadura, mas já há o processo administrativo 190/15 para tratar do assunto. O laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros está vigente, extintores de incêndio estão em local adequado e dentro da validade.



Arquivo

O arquivo atende os itens de verificação de controle interno.

Informática

A rotina diária de backup externo automático está em ordem. Assim como a rotina de backup do site do instituto e do arquivo PST do Outlook das estações de trabalho. Há antivírus instalado em todas as estações de trabalho e no servidor, com rotina de atualização automática.

Os atos foram publicados no site do instituto.

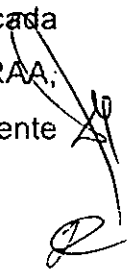
Contabilidade e finanças

Os saldos bancários e contábeis conferem, com apenas uma ressalva na conta do mês de novembro no valor de R\$ 2,25 referente a taxa bancária do Banco do Brasil, de acordo com o contador o Sr. Alexandre o valor não foi lançado nos registros do mês por falta de dotação orçamentária, sendo lançado no mês seguinte.

Os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR foram gerados corretamente, e foram submetidos ao Ministério da Previdência Social nas seguintes datas: arquivo referente a julho e agosto em 25/09/15, arquivo de setembro e outubro em 27/11/15, arquivo referente a novembro e dezembro deverá ser enviado em janeiro de 2016.

Os demonstrativos de informações previdenciárias e repasses – DIPR foram gerados e enviados ao Ministério da Previdência Social nas seguintes datas: arquivo referente a julho e agosto em 22/09/15, setembro e outubro em 23/11/15, novembro e dezembro deverá ser enviado em janeiro de 2016.

O DRAA foi postado em 08/10/15, nos moldes do Projeto de Lei Complementar de autoria da Prefeitura, mas a Lei Complementar 119/15 publicada em 30 de dezembro de 2015 traz uma realidade diferente da apresentada no DRAA, portanto o arquivo enviado ao Ministério da Previdência Social está inconsistente frente à realidade da nova lei.





Comitê de Investimentos

Em agosto o Comitê de Investimentos reuniu-se seis vezes e emitiu as APRs número 64 a 78.

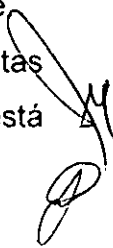
Em setembro foram sete reuniões com emissão dos APRs 79 a 89, com destaque para a reunião ocorrida no dia 11 onde foi registrado quais seriam os critérios para a aquisição de títulos públicos federais, e para a reunião ocorrida no dia 14 onde foi realizada a compra dos títulos públicos federais, respeitando os critérios previamente estabelecidos, o capital aplicado foi R\$ 49.999.815,07. Ficou sugerido que a presidência emitiria um atestado acerca da possibilidade de manter os papéis na carteira do BERTPREV até o vencimento.

Em outubro foram cinco reuniões com emissão dos APRs 90 a 93, destacando que houve nova rodada de compra de títulos públicos federais no montante de R\$ 14.999.626,57, seguindo o mesmo rito anterior.

Em novembro foram seis reuniões, com as emissões das APRs 94 e 95. Evento relevante ocorrido no mês de novembro foi a prisão temporária (posteriormente convertida em preventiva) do CEO do Banco BTG Pactual, no âmbito da operação "Lava Jato". O Comitê esclareceu em ata que os investimentos do BERTPREV nos fundos do BTG Pactual não contemplam papéis do próprio banco, que figura somente como administrador e gestor dos fundos.

Em dezembro foram cinco reuniões, com emissões das APRs 96 a 98. Tanto o Conselho Fiscal quanto o Conselho Administrativo manifestaram preocupação com os recursos investidos em fundos do banco BTG Pactual, o Comitê elaborou um relatório pormenorizado acerca dos fundos, com objetivo de demonstrar não haver contaminação das carteiras pelo risco institucional que o banco está exposto. A meu ver as explicações foram contundentes e não acredito que o BERTPREV esteja exposto a risco anormal, até mesmo pelo fato de as instituições financeiras serem obrigadas a *promoverem a segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da instituição, conforme Resolução 2451/97 do CMN*, todavia o caso requer atenção permanente.

Cabe dizer que todas as APRs emitidas constam em ata, e todas as atas do comitê estão publicadas no site do instituto. Cada fundo de investimento está autuado em processo administrativo próprio.





Os investimentos estão de acordo com a legislação vigente e com a política de investimentos aprovada pelo Conselho Administrativo.

Acompanhamento atuarial

O Acompanhamento Atuarial Trimestral referente a setembro/2015 traz os valores de provisões de benefícios a conceder, este valor é o resultado da previsão das despesas de pagamento das aposentadorias/pensões do plano subtraídos os valores de repasses dos entes e ativos bem como compensação previdenciária. Mas a previsão de contribuição dos servidores ativos é R\$ 68 milhões e a compensação previdenciária é de quase R\$ 48 milhões, o que me parece desproporcional, frente aos valores recebidos atualmente pela compensação previdenciária. Como não tenho conhecimento dos métodos estatísticos utilizados para chegar a esse valor, sugiro envio de ofício ao escritório ETAA, responsável pela elaboração do cálculo, para esclarecimento.

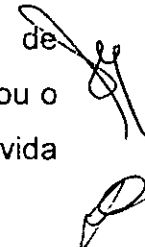
Base de dados

Base de dados cadastral atualizada, com destaque para o sucesso do recadastramento dos ativos. Foi executada a importação dos arquivos mensais de remuneração, contribuição e novos servidores.

O Siprev foi implantando em outubro com a base de dados do Progetec, e o primeiro arquivo de importação foi enviado ao CNIS no mesmo mês, em dezembro o Siprev foi atualizado com as informações do Progetec, no mesmo mês foi enviado novo arquivo de importação para o CNIS, esse procedimento deve se repetir a cada bimestre.

Repasses

Os repasses das contribuições ocorreram em dia, tanto da prefeitura quanto da câmara municipal, com exceção do repasse referente ao mês de novembro da prefeitura com vencimento em 10 de dezembro. A prefeitura realizou o repasse de R\$ 436.475,23 dos R\$ 1.855.448,65 devidos. E a parcela devida





11

*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga*
Estado de São Paulo

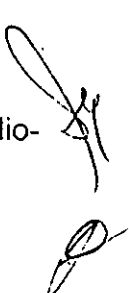
referente ao acordo foi paga em atraso de um dia, gerando multa de R\$ 10.509,67. Os Repasses do Comprev foram depositados na conta bancária do instituto nos prazos e valores corretos.

O setor previdenciário está executando a conferência dos valores das contribuições dos entes patronais e dos servidores ativos, mas ainda não concluiu. A conferência dos valores dos descontos referentes ao pagamento dos auxílios-doenças foi concluída até outubro.

A seguir elenco as aposentadorias e pensões concedidas no período avaliado:

Agosto		
Nome	Processo	Tipo de benefício
Marilene R. do N. dos Santos	148/15	Pensão por morte
Setembro		
Marise B. Carvalho processo	089/15	Invalidez
Magali R. Leite	081/15	Invalidez
Celina C. de Jesus	076/15	Invalidez
Liane Faermann	80/15	Invalidez
Anésia R. M. de oliveira	73/15	Invalidez
Maria José P. da S. Arantes	075/15	Invalidez
Outubro		
Laurinda A. Costa	143/15	Invalidez
Marinalva S. da Cruz	128/15	Invalidez
Maria Francisca S. de França	158/15	Tempo de contribuição
Vera Lúcia Pinheiro	153/15	Tempo de contribuição
Jurandyr José T. Neves	131/15	Idade
Cristiane Teresa D. santana	134/15	Invalidez
Novembro		
Maria Antônia L. do V. Almeida	74/15	Invalidez
Dezembro		
Maria da Glória A. Nascimento	167/15	Invalidez
Eliete F. Da S. Reis	178/15	Tempo de contribuição

Todos os processos listados acima, assim como os benefícios de auxílio-doença, atendem a meu ver, a legislação e aos itens de controle interno.





Trabalhos das Comissões

A Comissão de Avaliação de Estágio Probatório está emitindo mensalmente relatórios de avaliação de cada servidor em estágio probatório, procedimento documentado nos seguintes processos administrativos: 129/15, 154/14, 157/14, 160/14, 179/14.

A Comissão de Promoções atuou em novembro para a promoção Horizontal e Vertical da Sra. Rejane, procedimento documentado no processo administrativo 104/05.

A comissão de Licitação atuou na concorrência número 01/15.

Não encontrei fatos que desabonem as comissões.

Apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

Em análise dos apontamentos realizados pelo TCE/SP, dos itens que entendo que cabem ação direta de controle interno são as descritas abaixo:

C.1 – Formalização das licitações, dispensas e inexigibilidades – inexatidão de informações transmitidas ao AUDESP.

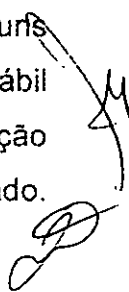
D.1 – Livros e registros – sistema contábil em aberto, permitindo empenhamento com data retroativa.

D.2 – Fidedignidade dos dados informados ao sistema AUDESP – desatendimento aos princípios da transparência e da evidenciação.

D.1 – Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do TCE/SP – inexatidões dos dados informados ao AUDESP.

Os erros apontados referentes ao lançamento de despesas com verba de adiantamento foram corrigidos. O sistema contábil foi corrigido e não permite empenho fora da ordem cronológica.

Porem os erros apontados no item D.2 do relatório de auditoria do TCE/SP referente ao erro de informação dos números de CNPJ de alguns fornecedores não foram corrigidos, em análise do cadastro no sistema contábil percebi que apesar do número de CNPJ está preenchido, o campo de identificação onde é feita a definição se o número é um CNPJ, CPF ou outro, estava errado.






13

*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga*
Estado de São Paulo

Consequentemente as informações submetidas ao AUDESP são novamente passíveis de apontamento.

Bertioga, 29 de janeiro de 2016



Jean Mamede de Oliveira
Controle Interno